

VERSÃO PRÉ-PUBLICAÇÃO

Grácio, R. (2025). A viragem computacional, o dataísmo e a racionalidade argumentativa: contra a hegemonia da racionalidade algorítmica, pp. 7-25. In Isabel Cristina Michelan de Azevedo & Rodrigo Seixas (Org.), *Argumentação e Conflito. Polêmicas em sociedade*. Pontes. ISBN: 978 85 217 0628 1

A VIRAGEM COMPUTACIONAL, O DATAÍSMO E A RACIONALIDADE ARGUMENTATIVA: CONTRA A HEGEMONIA DA RACIONALIDADE ALGORÍTMICA

THE COMPUTATIONAL TURN, DATAISM AND ARGUMENTATIVE RATIONALITY: AGAINST THE HEGEMONY OF ALGORITHMIC RATIONALITY

Rui Alexandre Grácio

Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro – Portugal

ORCID iD: 0000-0002-6291-6925

CIENCIA ID: 7911-7228-7599

Email: rgracio@ua.pt

Resumo

Uma das ideias que circula entre os entusiastas do mundo digital é a de que, através dos dados e do seu tratamento massivo em larga escala por intermédio de algoritmos, teremos acesso às respostas que precisamos para solucionar os nossos problemas. A essa convicção – indissociável dos avanços e do aprimoramento da inteligência artificial – tem-se dado o nome de “dataísmo”. Todavia, o dataísmo tem como pressuposto a chamada “viragem computacional” que permitiu lidar, a um nível inaudito, com o processamento de dados e com as racionalizações algorítmicas, impregnando as práticas sociais. Neste texto analisaremos como, da viragem computacional, fomos conduzidos à presença crescente da utilização de algoritmos nas nossas vidas e nos nossos modos de pensar e conhecer. Assumindo uma perspetiva crítica, procuraremos também equacionar problemas e desafios que a configuração algorítmica coloca, levando vários autores a falarem, a propósito do mundo digital, em colonização da vida humana, comportamentalismo de dados e perda de capacidade deliberativa. Finalmente, sustentarei a ideia de que o tipo de racionalidade algorítmica subjacente ao mundo digital põe em causa a racionalidade argumentativa, deslocando progressivamente do jurídico-retórico, enquanto paradigma sociopolítico, para um paradigma autoritário-computacional, ou algocracia.

Palavras-chave

Viragem computacional; dataísmo; tempo real; colonialismo; pulsão metafísica; racionalidades algorítmica e argumentativa.

Abstract

One of the ideas circulating among enthusiasts of the digital world is that, through data and its massive processing on a large scale through algorithms, we will gain access to the answers we need to solve our problems. This conviction, inseparable from the advances and refinement of artificial intelligence, has been termed "dataism." However, dataism presupposes the so-called "computational turn," which allowed for unprecedented handling of data processing and algorithmic rationalizations, permeating social practices. In this article, we will analyze how, from the computational turn, we have been led to the increasingly prevalent use of algorithms in our lives and our ways of thinking and knowing. But, taking a critical perspective, we will also address the problems and challenges that the algorithmic configuration poses, leading several authors to speak, regarding the digital world, of colonization of human life, data behavioralism, and loss of deliberative capacity. Finally, I will support the idea that the type of algorithmic rationality underlying the digital world calls into question argumentative rationality, progressively moving from the legal-rhetoric, as a socio-political paradigm, to an authoritarian-computational paradigm, or algocracy.

Keywords

Computational turn; dataism; real-time; colonialism; metaphysical impulse; algorithmic and argumentative rationalities.

Introdução

Uma das dificuldades de *pensar* o chamado mundo digital deve-se ao facto de este se ter progressivamente infiltrado nas nossas vidas sem que tivéssemos grande consciência do que estava a acontecer. Como observa Sadin (2015, p. 257),

todos nós experimentámos, em momentos distintos das nossas vidas, essa precipitação; todos nós a sentimos em nossos corpos e mentes, mas não éramos capazes de compreender plenamente, dentro dos fluxos do presente, todos os seus componentes e o poder de seu impacto¹.

Nada de novo, aliás, nesta infiltração insensível através das práticas e dos usos.

É claro que estávamos cientes de transformações, sobretudo pelo lado das possibilidades, pelo fascínio da novidade e da suposta simplicidade de processos, pelo mundo novo que parecia estar a chegar, pela promessa que se projetava, pelo deslumbramento com os efeitos que isso produzia – e que pareciam magia – e com a rentabilização de meios mais eficazes, rápidos e acelerados. Era a viragem computacional e, com ela, um o uso crescente de algoritmos e da informática. Era a

¹ "Nous avons tous vécu à des moments distincts de nos existences cette précipitation, nous l'avons tous éprouvée dans nos corps et nos esprits, mais nous ne pouvions pleinement saisir dans les flux du présent toutes ses composantes et la puissance de son impact".

viragem computacional e, com ela, uma passagem para outro nível dos poderes do cálculo e de linguagens assentes em estruturas lógico-matemáticas.

A viragem computacional

A respeito deste trânsito, desta viragem para o computacional, notaram Abüeboul e Dowek (2017, p. 29) que

a transformação radical do mundo a que hoje assistimos não se deve, (...), exclusivamente à invenção do conceito de algoritmo, há cinco mil anos, mas à invenção das máquinas para executar algoritmos, aos computadores, e ao desenvolvimento de uma ciência e de uma técnica, a informática, que esta invenção suscitou.²

Com efeito, é difícil perceber o alcance do processo de digitalização que crescentemente vem moldando a cultura contemporânea sem falarmos da viragem computacional que irá colocar a mediação de processadores no centro das nossas práticas, com a consequência de provocar alterações profundas no ritmo do tempo – a chamada "aceleração do tempo" – que culmina nesse conceito merecedor de muita reflexão: o conceito de "tempo real". Aliás, quem acompanhou a evolução dos computadores desde que estes se tornaram pessoais, sabe como a questão da rapidez de processadores cada vez mais velozes e de arquiteturas capazes de desempenhos cada vez mais instantâneos foram, e são, um *slogan* constante do *marketing* dos computadores.

Um processador faz parte do *hardware*. É um elemento essencial do sistema computacional e realiza operações lógicas, cálculos e processamento de dados. Na verdade, um computador desempenha quatro funções básicas: recebe informação (*input*), armazena informação (*store*), processa as informações que lhe são transmitidas (*process*) e, finalmente, procede à saída (*output*) de dados ordenados pelo processamento da informação.

Este modelo formal, ainda sem consideremos a conexão entre computadores, é o núcleo daquilo que depois se vai expandir através do conceito de rede e de comunicação em rede. Os computadores deixarão de estar isolados e, com o advento da internet, eles passam a ser partes constituintes de uma rede mundial, a *Word Wide Web*, que permite o fluxo de informação entre os computadores que a ela estão conectados³.

O princípio continua a ser o processador ou, para dizer melhor, a capacidade deste processar uma linguagem de comandos construída pelos humanos e que não é a linguagem natural, mas a linguagem calculadora que designamos por código, ou linguagem de programação. Através do código os dados são codificados e funcionarão como informações a serem recebidas, decodificadas e processadas, realizando a função ou cálculo que deles espera o programador. Além do mais, um computador

² Todas as traduções de excertos que originalmente não estão em língua portuguesa são da responsabilidade do autor do presente texto.

³ É aliás esta confluência entre computação e comunicação o vetor que irá configurar o paradigma do mundo em que atualmente vivemos.

desempenha várias funções com base no cálculo: gerar informação, comunicar, explorar, analisar dados, tratar sinais, comandar um objeto, fabricar bens, modelizar, simular.

Numa primeira abordagem, a viragem computacional é, em certa medida, protética: ela expande e autonomiza resultados obtidos pelo cálculo realizado pelos processadores (que, por sua vez, dispõem cada vez de mais dados com a crescente utilização de sensores colocados um pouco por todo o lado). Mas a emergência dessas próteses não representará apenas a obtenção de mais uma ferramenta que aumenta as possibilidades individuais. Ela apresenta também potencialidades criadoras inauditas, pois permite (re)criar realidades. Não é por acaso que se desenvolveu uma certa aura de divindade em torno dos programadores: eles são capazes de construir o real, de tornar real – mesmo que num plano virtual. A linguagem da programação permite duplicar a realidade, transpondo-nos para a realidade duplicada na posição de criadores. E, mais do que isso, importa lembrar que tal como "a função faz o órgão", também os instrumentos que utilizamos moldam a inteligibilidade daquilo que consideramos como real.

A viragem computacional tem também repercussões na própria organização e formas de construir o conhecimento. Como assinalou David Berry (2012, p. 13)

as técnicas computacionais não são apenas um instrumento manejado por métodos tradicionais; pelo contrário, têm efeitos profundos em todos os aspetos das disciplinas. Não só introduzem novos métodos, que tendem a centrar-se na identificação de novos padrões nos dados, em oposição ao princípio da narrativa e da compreensão, como também permitem a modularização e a recombinação de disciplinas dentro da própria universidade. As abordagens computacionais facilitam o hibridismo disciplinar que leva a uma universidade pós-disciplinar – o que pode ser profundamente perturbador para o conhecimento académico tradicional. O *software* permite novas formas de ler e escrever.

Acrescente-se que, se o fascínio com as possibilidade de "acesso" ao mundo digital não parou de ser promovido e de se expandir, o facto é que a partir do ano de 2010 foi-se instaurando um modelo civilizacional que, nas palavras de Sadin (cf. 2016, p. 29) corresponde à era da "medição da vida", registando-se um crescente cruzamento entre *bios* e *techné* e um desmoronar de barreiras entre infotecnologia e biotecnologia.

Pulsão metafísica

Subjacente a esta penetração das tecnologias digitais nas nossas vidas, há uma pulsão metafísica que vem de longe. Trata-se de uma pulsão de segurança e controlo que rapidamente perfilhou os ideais do rigor matemático, das certezas do cálculo, da capacidade de objetividade pela quantificação e, finalmente, do controlo pela previsibilidade.

Esta pulsão metafísica, que liga o saber à conquista de um poder absoluto e a uma capacidade dominadora eficaz, culmina naquilo a que D. Berry (2014, p. 5) designa como "metafísica do computacional", à qual o autor associa, aliás, a metáfora da "caverna algorítmica" (idem, p. 6). Nesta sequência, Berry fala de um *estilo de pensamento*, de uma

imagem de pensamento⁴, diria eu, que se rege sob o signo da Identidade: "Aqui, o pensamento da identidade é entendido como um estilo de pensamento que visa a subsunção de todos os objetos particulares a conceitos gerais e, como resultado, o particular é dissolvido no universal" (Berry, 2014, p. 12). Por seu turno, E. Sadin insiste na ideia de que, através dos ideais subjacentes à migração para o digital e da produção de conhecimentos a partir do processamento de dados, se pretende assumir o controlo de uma realidade em permanente mobilidade, em *perpetuum mobile*, uma realidade acessível "em tempo real" a qualquer momento. Nesse sentido, escreveu que

de certa forma, a indução correlativa reflete a imagem do nosso tempo, marcado por uma dimensão "neoheracliteana", imprimindo o selo de uma transformação perpétua e de imprevisibilidade nas nossas relações com o mundo. Mais do que um modo de temporalidade, o tempo real testemunha o surgimento de uma condição que realiza o sonho ocidental de exercer um controlo total sobre o curso das coisas pela capacidade de examinar continuamente o seu estado e a sua evolução perpétua, permitindo agir sem demora e conscientemente o mais próximo possível da substância da realidade. (Sadin, 2015, p. 106)

Apesar de haver filósofos — como Chaïm Perelman (cf. 1996) —, que sugeriram ver o modelo jurisprudencial, e não o modelo matemático, como inspirador da racionalidade humana, o facto é que, num mundo cuja ordem é crescentemente sustentada por algoritmos, a ideia de conhecimento continua a ser comandada por este último.

Aliás, o próprio sonho de se chegar a um Algoritmo Mestre (cf. Domingos, 2017), a algo que seria uma espécie de algoritmo geral capaz de lidar com todo e qualquer problema, mostra bem como esta linha de pensamento não está dissociada de uma vontade de deificação, de uma vontade do homem criar um Deus à sua imagem e semelhança, um Homo Deus (cf. Harari, 2017) acompanhado do ideal de um controlo total.

Vale a pena citar, a respeito da aliança entre onipotência e dataísmo, dois autores. O primeiro refere que "esta noção de realizar operações 'com base em dados' faz lembrar as noções de vontade de poder, uma lógica de controlo, neste caso através do uso de ferramentas de software" (Berry, 2014, p. 62). O segundo afirma que o

Big Brother está morto, mas Deus existe de fato, não sob uma figura monoteísta, mas de acordo com uma forma universalizada e difusa de espírito panteísta, que impregna todos os átomos conhece todas as substâncias ou se confunde com cada uma delas. Essa forma de divindade realmente existe, ela reflete nossa condição contemporânea em constante evolução e consolidação. (Sadin, 2015, pp. 189-190).

Vem de longe (nomeadamente da distinção aristotélica entre raciocínios analíticos e raciocínios dialéticos⁵) a tensão entre, por um lado, as abordagens lógicas da

⁴ Cf. Grácio, R. (2023). *Um ensaio sobre os Estudos Culturais*. Grácio Editor.

⁵ Observa Perelman (1993, p. 21) a este propósito: "Aristóteles distinguiu, no seu *Organon*, duas espécies de raciocínios: os raciocínios analíticos e os raciocínios dialéticos. O estudo que daqueles empreendeu nos *Primeiros* e nos *Segundos Analíticos* valeu-lhe ser considerado, na história da Filosofia, como o pai da lógica formal. Mas os lógicos modernos esqueceram, porque não lhes tinham percebido a importância, que ele tinha estudado os raciocínios dialéticos nos *Tópicos*, na *Retórica* e nas *Refutações Sofísticas*, o que faz dele, igualmente, o pai da teoria da argumentação".

argumentação, pautadas pela tónica posta na inferencialidade necessária do raciocínio e, por outro, as abordagens retóricas da argumentação, caracterizadas por assinalarem quer os limites da analiticidade (refletindo-se o excesso de analiticidade numa perda da medida ou proporção humana) e os perigos sociais e humanos do reducionismo dos sistemas formais (conducentes à introdução de automatismos que tendem a diluir o exercício deliberativo).

Enquanto as abordagens lógicas se inscrevem num ideal de raciocínio monológico, as abordagens retórico-argumentativas apontam para um confronto dialógico e conversacional de perspectivas sobre assuntos em questão.

As primeiras são centradas nos resultados como soluções, ou seja, no "tecno-solucionismo"⁶. As segundas tematizam os problemas, recorrendo ao jogo do discurso e do contradiscurso e convocando a conversação e o debate. (Em certa medida, elas respondem à questão colocada por Jean-Blaise Grize (1996, p. 115) quando indagava: "como é que o pensamento funciona quando não matematiza?").

Melhor: o tecno-solucionismo é solidário de uma racionalidade instrumental centrada na obtenção de soluções para problemas que se querem ver resolvidos e, por isso, nele o caminho para se alcançar o pretendido é determinante. É portanto adquirido que o centro de gravidade que orienta o pensamento é a solução do problema, a obtenção desse resultado. Desta visão tecno-solucionista, centrada em objetivos, difere a abordagem filosófico-problemática, cujo o ponto de partida é colocar em questão assuntos de modo a avaliar perspectivas, ponderar opções por determinados objetivos em detrimento de outros, em suma, articular de forma crítica os assuntos de modo a que sobre eles nos possamos posicionar de uma forma argumentada e seletiva, entendendo aqui por "crítica" um exercício de atenção que visa discernir para poder por em perspectiva e avaliar sem cair em subserviências ou em dogmatismos.

Abüeboul e Dowek (2017, p. 47) distinguem, a este respeito, dois tipos de problemas: "os problemas que podemos resolver com um algoritmo são chamados de 'calculáveis' ou 'decidíveis'. Por outro lado, problemas para os quais isso não é possível são chamados de 'incalculáveis' ou 'indecidíveis'".

Dito de outra maneira, a inteligência, que pode ser vista como funcional (ideia que se prolongará na ideia de inteligência artificial) é diferente da inteligência vista no quadro da dimensão intelectual, tomando o intelecto como

o lado crítico, criativo e contemplativo da mente. Enquanto a inteligência procura compreender, manipular, reordenar, ajustar, o intelecto examina, pondera, questiona, teoriza, critica, imagina. A inteligência irá captar o significado imediato de uma situação e avaliá-la. O intelecto avalia avaliações e procura o significado das situações como um todo... O intelecto [é] uma manifestação única da dignidade humana. (Hofstadter, 1963, p. 25).

⁶ A expressão é de Queirós de Andrade, (2023, p. 26). Acrescenta ainda o autor: "A lógica que preside aos algoritmos de aprendizagem automatizada coloca a ênfase no resultado. Em vez de "explicar" a um programa de computador o que queremos que ele faça, damos o resultado e dizemos "queremos mais disso" (p. 45).

E, no entanto, a nossa civilização parece cada vez mais deslocar-se da intelectualidade para a inteligência e para as suas capacidades generativas, calculadoras e supostamente úteis. Ideia, aliás, consubstanciada no dataísmo.

Crítica do pensamento funcional algorítmico

É claro que quando se instala um paradigma de pensamento pragmático e utilitário, mais centrado na obtenção de resultados e no controlo do que na meditação e na reflexão-avaliação dos pressupostos, fins e consequências do uso prático de respostas já dadas, ocorre então uma viragem para o pensamento funcional algorítmico, pelo menos se concebermos este último, de uma forma lata, como "um procedimento que permite resolver um problema, sem ter de se estar de cada vez a inventar uma solução" (Abüeboul & Doweik, 2017, p. 11). Ou, ainda, se quisermos enfatizar o lado da mecanização e da automatização, podemos dizer que "um dos principais interesses dos algoritmos (...) é que os podemos executar sem refletir" (ibidem, p. 26).

Ora, um dos problemas do modelo tecno-solucionista (que culmina na idealização da chamada inteligência artificial, a qual tem na sua base a ideia de automação e robotização) é justamente o de saber onde fica a capacidade deliberativa dos humanos. Neste sentido, e na senda do pensamento de Soshana Zuboff, afirmam Santaella e Kaufman (2023, p. 221) que,

para Zuboff (2019) os modelos preditivos de IA, originalmente concebidos para melhorar o desempenho e otimizar os processos, estão sendo utilizados para manipular os indivíduos, comprometendo a prerrogativa básica dos seres humano de pensar e decidir, ou seja, serem agentes.

Este mesmo ponto de vista é reforçado por David Barry (2014, p. 12) quando salienta que estamos numa "transição de uma epistemologia jurídica-racional para uma epistemologia autoritária-computacional".

Na mesma linha, e referindo-se à crença dataísta de que todas as respostas estão no tratamento de dados, van Dijck (2014, p. 198) refere que tem havido uma

normalização gradual da *dataficação* como um novo paradigma na ciência e na sociedade. A dataficação, segundo Mayer-Schoenberger e Cukier (2013) é a transformação da ação social em dados quantificados online, permitindo assim o rastreamento em tempo real e a análise preditiva.(...) A dataficação como meio legítimo de aceder, compreender e monitorizar o comportamento das pessoas está a tornar-se um princípio fundamental, não apenas entre os tecnoadaptos, mas também entre os académicos que vêem a dataficação como uma oportunidade de pesquisa revolucionária para investigar a conduta humana.

No limite, e como sugerem Mayer-Schönberger e Cukier, a pregnância pragmática que guia as nossas ações, associada a uma temporalidade que intensifica o utilitarismo, conduz a uma profunda alteração nos nossos quadros mentais. Assim, escrevem:

Transformações tão radicais nos quadros mentais como essas levam a uma terceira mudança que tem o potencial de subverter uma convenção ainda mais fundamental sobre a qual a sociedade é baseada: a ideia de entender as razões por trás de tudo o

que acontece. Em vez disso (...), encontrar associações nos dados e agir com base nelas pode muitas vezes ser suficiente. (Mayer-Schönberger e Cukier, 2013, p. 49)

A ideia é, pois, a de que *saber que* é suficiente, pouco interessante será saber porquê.

Assumindo também uma perspectiva crítica, Antoinette Rouvroy, realça a preocupação de direcionar o conhecimento para a manipulação do comportamento como um novo regime de verdade, falando num “comportamentalismo dos dados”:

Chamarei ‘comportamentalismo de dados’ a esta nova forma de produzir conhecimento sobre preferências futuras, atitudes, comportamentos ou eventos sem considerar as motivações psicológicas, discursos ou narrativas do sujeito, mas sim baseando-se em dados. A “operacionalidade em tempo real” dos dispositivos que funcionam com base nesta lógica algorítmica poupa aos actores humanos o fardo e a responsabilidade de transcrever, interpretar e avaliar os acontecimentos do mundo. Poupa-lhes os processos de construção de significado de transcrição ou representação, institucionalização, convenção e simbolização. (Rouvroy, 2013, p. 143).

Por isso interessa a esta investigadora

identificar até que ponto confiar na aparente operacionalidade dos algoritmos nos poupa uma série de esforços ou tarefas perceptivas, cognitivas, avaliativas, convencionais, institucionais, linguísticas individuais e colectivas, e a que preço. (2013, p. 143)

Importa ainda referir o sugestivo título de um livro de Nick Couldry e de Mejias Ulisses (2019), *The costs of connection: how data is colonizing human life and appropriating it for capitalism*, no qual os autores se interrogam sobre os custos da conexão e indagam sobre o modo como os dados estão a colonizar a vida humana e a apropriá-la para o capitalismo.

Em data anterior a este livro, Éric Sadin tinha também escrito um livro com o sugestivo título, que aqui traduzo: “A Silicolonização do mundo”, cujo subtítulo é “A irresistível expansão do liberalismo digital”. Neste livro o autor procura explicar a ideologia subjacente à migração para o digital, apresentando os meandros deste novo modo de captura que conduz a que nos desapropriemos da nossas prerrogativas de decidir, ajuizar e assumir a responsabilidade respetiva. Nesta sequência, a pergunta que fica é a de saber se queremos mesmo entregar isso — ou seja, o pensamento com proporção humana e consciência dos seus limites, mas que ao mesmo tempo é criativo e capaz de gerar comunidade — aos mecanismos da inteligência artificial e aos seus automatismos. No referido livro, o autor propõe que nos tornemos ativistas e resistamos. Pela minha parte, deixo aqui estas referências como sugestão para uma reflexão que urge fazer e que é ainda mais premente no quadro de todos aqueles prezam o valor das Humanidades.

A interação argumentativa e as mediações tecnológicas

Central nas Humanidades é a categoria de interpretação. No entanto, ela não pode ser dissociada da categoria de argumentação ou da noção de prática argumentativa. Afinal,

toda a interpretação adquire a sua força através de recursos argumentativos de que lança mão para se sustentar quando surgem situações de conflito e de divergência. Perelman e Olbrescht-Tyteca disseram-no de forma clara: se, por um lado “a necessidade de interpretar se apresenta como a regra, e a eliminação de toda interpretação constitui uma situação excepcional e artificial” (Perelman & Olbrescht-Tyteca, 2005, p. 143), por outro, escreve Perelman (1974, p. 251):

Querer tratar estes últimos [os problemas de interpretação] de uma forma impessoal, como se as questões de sentido fossem independentes das intenções dos utentes e das suas relações mútuas, é falsear a realidade hermenêutica tal como ela se apresenta em poesia, em teologia, em direito, em filosofia, nas ciências humanas e nas comunicações quotidianas.

Ora, é precisamente para esse sentido que aponta a artificialização e da impessoalização da interpretação na comunicação, realizada pela automatização e pela mediação de sistemas considerados inteligentes. Por um lado, e como observou Bauman “tendemos a substituir a situação existencial olho no olho e face a face por um sistema classificatório abrangente, que consome vidas e personalidades humanas como dados empíricos e evidências ou estatísticas” (Bauman & Leonidas, 2014, p. 23); por outro, a atual exigência de uma conectividade a tempo inteiro submete-nos em permanência às implicações das mediações tecnológicas.

No caso concreto das interações argumentativas é conhecido o efeito que as redes sociais produzem pelo modo de comunicação que instituem, tendendo não só a transformar os processos de argumentação num diálogo de surdos como, também, a extremar posições, gerando polarizações que, reféns do díptico argumentativo inicial, implodem com a própria possibilidade de uma progressão dialógica, tornando árido um terreno que deveria ser fecundo. Vence a espetacularização da disputa em detrimento da saúde do diálogo em que nos fazemos, e nos queremos, comunidade. E vencem as informações inventadas e postas a circular ao sabor das conveniências e da manipulação político-ideológica e comportamental.

Enfim, numa era de dependência de mediações tecnológicas, é importante termos em atenção ao modo como os meios utilizados influenciam e transformam os processos de comunicação e, entre eles, as situações de argumentação. Mais especificamente, é preciso analisar o modo como todos os automatismos que interpretam por nós, sem disso darmos conta, nos expõem à manipulação, nos condicionam nos modos e atitudes de argumentar e nos comprometem enquanto comunidade, conduzindo-nos aquilo que Byung-Chul Han (2016, p. 22) designa por “exame digital”, composto por indivíduos singularizados.

Conclusões: racionalidade algorítmica e racionalidade argumentativa

Não sendo possível, no presente texto, aprofundar este tópico, gostaria contudo de referir que considero que está um curso uma progressiva desvalorização da racionalidade argumentativa em detrimento daquilo a que Paulo Nuno Vicente designa por

“algocracia”. Segundo este autor, “vivemos na era da legitimação social dos algoritmos enquanto modo de conhecimento e fonte de autoridade” (2023, p. 9), acrescentando que:

Assente no primado dos algoritmos na avaliação de riscos (*risk assessment*), este sistema emergente de gestão e de governação, designado algocracia, reconfigura os pressupostos e os critérios tradicionais de legitimidade na participação cívica. Consequentemente, o sistema interpela os fundamentos da autonomia humana e da democracia participativa – desde logo porque, como teremos oportunidade de documentar, os sistemas sociotécnicos que o compõem têm vindo a ser normalizados através do uso, antes de serem debatidos e regulados. (Vicente, 2023, pp. 10-11)

Também a investigadora Fernanda Bruno se refere à racionalidade algorítmica “para designar tanto modelos de conhecimento quanto modelos de gestão de condutas, fundados em algoritmos que capturam e detectam padrões em vastos volumes de dados” (Bruno, 2022, pp. 51-52), realçando que os algoritmos são constituídos por três camadas: pela económica ou mercadológica, pela epistemológica e pela camada de gestão e controlo comportamental (cf. Bruno, Bentes e Faltay, 2019).

Sem aqui podermos aprofundar a noção de racionalidade algorítmica, devemos contudo ressaltar que o modelo de pensamento que lhe está subjacente é o modelo do cálculo. Por outro lado, é através de processos de cálculo que a racionalidade algorítmica tenta matematizar a ideia de provável e apresentar o verosímil como verdade. Quem está familiarizado com os pressupostos da racionalidade argumentativa sabe da importância que os conceitos de “provável” e de “verosímil” têm na retórica argumentativa. Chaïm Perelman, por exemplo, ressaltava que estes dois conceitos eram irreduzíveis ao cálculo, como aliás é patente nas palavras finais do *Tratado da argumentação*:

Esperamos que nosso tratado provocará uma salutar reação e que sua simples presença impedirá, futuramente, que se reduzam todas as técnicas da prova à lógica formal e que se veja na razão apenas uma faculdade calculadora.

Se uma concepção estreita da prova e da lógica acarretou uma concepção tacanha da razão, o alargamento da noção de prova e o enriquecimento da lógica daí resultante têm de reagir, por sua vez, sobre a maneira pela qual é concebida a nossa faculdade de raciocinar. (Perelman & Olbrescht-Tyteca, 2005, p. 576).

Com a racionalidade algorítmica estamos hoje confrontados com uma crescente unilateralização da comunicação, um desvanecimento do respeito e do dialogismo⁷ que nos constitui e nos faz comunidade e com a diminuição dos poderes deliberativos democráticos. Não é por acaso que Éric Sadin (2022) fala de uma “ruptura civilizatória” e que Antoinette Rouvroy afirma que “completamente esquecido hoje, é o irrepresentável, o não representado nos dados, o incalculável” (Rouvroy, p. 23). Colocando no centro do debate a questão “Para onde vais, humanidade?”, vale a pena lembrar as palavras de Henry Johnstone Jr. segundo as quais,

⁷ Nota Byung-Chul Han (2016, p. 17): “O poder é uma relação assimétrica. Funda uma relação hierárquica. A comunicação do poder não é dialógica. O respeito, em contraste com o poder, não é por definição uma relação assimétrica. É verdade que, muitas vezes, se confere respeito a modelos ou a superiores, mas, em princípio, é possível um respeito recíproco, baseado numa relação simétrica de reconhecimento”.

nem a existência de uma contra-argumentação para cada argumentação, nem a alegada futilidade das argumentações filosóficas são, se corretamente interpretadas, razão para se adotar uma perspectiva cínica da natureza argumentativa do homem. De facto, sem essa natureza ele não poderia ser homem. (Johnstone Jr., 2018, p. 41)

Assistimos hoje, todavia, a uma substituição da sensibilidade como bússola existencial e à captura do sensível na sua articulação com a orientação do pensamento, por um regime de mediação e de medição em permanência, realizada através de aparatos lógico-maquínicos artificiais considerados inteligentes. Esta submissão conduz a dois paradoxos: o da autonomia humana baseada na adição e o da vida que, vivida em estado de sonambulismo digital, deixa de requerer ser examinada, questionada e negociada em condições de simetria.

Inserindo-o naquilo que chama “capitalismo de vigilância” Shoshana Zuboff utiliza a expressão “Big Other” para designar esta nova forma de soberania, explicitando que “o *Big Other* pode ser descrito como um golpe automatizado de cima: não um *coup d’État*, mas sim um *coup des gens*. (...) Em vez de você precisar fazer perguntas, a Google deve “saber o que você deseja e lhe dizer antes que a pergunta seja feita”.” (Zuboff, 2018, p. 49).

Ora querer ter respostas sem ter de perguntar, ponderar e criticar, coloca-nos nos antípodas da racionalidade argumentativa, a qual, mais do que perguntas, é alimentada pelo questionamento, pela tematização de assuntos em questão, pelo debate, pela fecundidade do conflitual e do controverso e, sobretudo, pela lembrança constante do alternativo e da multiplicidade de caminhos em que podemos apostar se o conforto não tolher a coragem da curiosidade e se formos capazes, prudentemente, de os vislumbrar para além do que nos é imposto como verdade.

Referências bibliográficas

Abüeboul, S.; Dowek, G. (2017). *Le temps des algorithmes*. Éditions Le Pommier.

Bauman, Z. & Leonidas, D. (2014). *Cegueira moral. A perda da sensibilidade na modernidade líquida*. Relógio d'Água.

Berry, D. (2011). The computational turn: thinking about the digital humanities. *Culture Machine*, v. 12, 1-22.

Berry, D. (Ed.) (2012). *Understanding Digital Humanities*. Palgrave Macmillan.

Berry, D. (2014). *Critical theory and the digital*. Bloomsbury Academic.

Bruno, F.; Bentes, A. & Faltay, P. (2019). Economia psíquica dos algoritmos e laboratório de plataforma: mercado, ciência e modulação do comportamento. *Revista Famecos*, V. 26, N. 3, set.-dez.

Bruno, F. (2022). Racionalidade algorítmica & subjetividade maquina, pp. 51-62. In Lucia Santaella, (Org.). *Simbioses do Humano e Tecnologias: Impasses, Dilemas, Desafios*. Editora da Universidade de São Paulo/IEA-USP.

- Couldry, Nick; Mejias, Ulises Ali (2019). *The costs of connection : how data is colonizing human life and appropriating it for capitalism*. Stanford University Press
- Domingos, P. (2017). *A revolução do Algoritmo Mestre*. Manuscrito.
- Grácio, R. (2023). *Um ensaio sobre os Estudos Culturais*. Grácio Editor.
- Grize, J.-B. (1996), *Logique naturelle & communications*. P.U.F.
- Harari, Y. (2017). *Homo Deus - História Breve do Amanhã*. Elsinore.
- Han, Byung-Chul (2016). *No enxame: reflexões sobre o digital*. Relógio d'Água.
- Hofstadter, R. (1963) *Anti-Intellectualism in American Life*. Vintage Books.
- Johnstone, H. (2018). Algumas reflexões sobre a argumentação. In Rui Grácio. & Moisés Olímpio-Ferreira, (Org.). *Contingência, incerteza e prudência: caminhos da retórica e da argumentação*. Grácio Editor.
- Mayer-Schönberger, V; Cukier, K. (2013). *Big Data: A Revolution That Will Transform How We Live, Work, and Think*. Houghton Mifflin.
- Perelman, C. (1993). *O Império Retórico*. Edições Asa.
- Perelman, C. (1996). *Ética e Direito*. Martins Fontes Editora.
- Perelman, C. (1974). Perspectives rhétoriques sur les problèmes semantiques. In *Logique et Analyse*, Vol. 17, nº 67-68, pp. 241-252.
- Perelman, C. & Olbrescht-Tyteca, L. (2005). *Tratado da argumentação. A nova retórica*. Martins Fontes.
- Queirós de Andrade, D. (2023). *Algoritmos. Uma revolução em curso*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Rouvroy A. (2013). The end(s) of critique : data-behaviourism vs. due-process. In Mireille Hildebrandt & Katja de Vries (Eds.). *Privacy, Due Process and the Computational Turn: The Philosophy of Law Meets the Philosophy of Technology*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203427644>
- Rouvroy, A., Entrevista com Antoinette Rouvroy: Governamentalidade Algorítmica e a Morte da Política. *Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea*, Brasília, v.8, n.3, dez. 2020, p. 15-28.
- Sadin, E. (2015). *La vie algorithmique. Critique de la raison numérique*. Éditions de L'Échappée.
- Sadin, E. (2016). *La Silicolonisation du Monde*. Éditions de L'Échappée.
- Sadin, E. "Vivemos uma ruptura civilizatória". Entrevista com Éric Sadin. 10 de maio de 2022. Instituto Humanitas Unisinos. <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/618409-vivemos-uma-ruptura-civilizatoria-entrevista-com-eric-sadin>
- Santaella, L., & Kaufman , D. (2021). Os dados estão nos engolindo?. *Civitas: Revista De Ciências Sociais*, 21(2), 214–223. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2021.2.39640>, p. 221.
- van Dijck, J. (2014). Datafication, dataism and dataveillance: Big Data between scientific paradigm and ideology. *Surveillance & Society* 12(2): 197-208.
- Vicente, P. N. (2023). *Os algoritmos e nós*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Zuboff, S. (2018). Big Other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação, pp. 17-68. In Fernanda Bruno et al (Orgs.). *Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem*. Boitempo.

Nota biográfica

Rui Alexandre Lalanda Martins Grácio é Doutor em Ciências da Comunicação, Mestre em Filosofia Contemporânea e licenciado em Filosofia. Tem como suas áreas privilegiadas de investigação a filosofia da linguagem e a comunicação tal como emergem em práticas argumentativas e retóricas, bem como os Estudos Culturais. É docente na área de Estudos Culturais no DLC da Universidade de Aveiro onde integra a unidade de investigação Centro de Línguas, Literaturas e Culturas. Atualmente está a investigar o campo das Teorias Críticas do Digital, analisando os efeitos transformadores, em termos sociais, culturais e humanos, da migração para o digital. Neste âmbito procede ao estudo do conflito de racionalidades, ou seja, à colisão existente entre a racionalidade algorítmica, de cariz autoritário computacional, e a racionalidade argumentativa, de cariz jurídico-retórico.